

## **A Edificação do Cemitério Público da Calheta no Século XIX. O Altar e o Retábulo da Capela – Obra das Oficinas da Escola Industrial António Augusto de Aguiar<sup>1</sup>**

The Construction of the Calheta Public Cemetery in the 19<sup>th</sup>  
Century. The Altar and Altarpiece of the Chapel – Work from  
the António Augusto de Aguiar Industrial School Workshops

*Fátima Abreu<sup>2</sup>*

### **Resumo**

A realização de uma obra de talha, destinada ao altar e retábulo da Capela de Nossa Senhora da Piedade do Cemitério público da freguesia da Calheta, nas oficinas de carpintaria e marcenaria da Escola Industrial António Augusto de Aguiar, levou-nos a olhar a temática dos cemitérios.

---

<sup>1</sup> Abreviaturas e siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; AHDF – Arquivo Histórico da Diocese do Funchal; arm. – armário; cf. – confira/confronte; CMCLT – Câmara Municipal da Calheta; cx. – caixa; DRC – Direção Regional da Cultura; EIAAA – Escola Industrial António Augusto de Aguiar; EICF – Escola Industrial e Comercial do Funchal; ESFF – Escola Secundária Francisco Franco; fl(s). – folha(s); gav. – gaveta; JUD – Judiciais; l.<sup>o(s)</sup> – livro(s); mf. – microfilme; of. – ofício; p(p). – página(s); n.º – número; PL. – Planche; PRQ – Paroquiais; pt. – pasta; rs. – réis (moeda); UMa – Universidade da Madeira; v. – verso; vol(s). – volume(s).

Nas citações e transcrições documentais, no corpo de texto e em rodapé, a grafia foi atualizada.

<sup>2</sup> Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1989). Bacharel em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1975). Docente de História na EICF onde fez estágio em 1976-1977. Lecionou, até ao fim da carreira, na ESFF. Esteve destacada: nos anos letivos de 2009-2010 a 2012-2013, no Serviço Educativo do Arquivo Regional da Madeira, hoje ABM, e, entre setembro de 2016 e abril de 2018, na DRC, dedicada à investigação de duas figuras de proa do século XIX, doadas em 2001 ao Museu Quinta das Cruzes, que origina a publicação *Memória do Red Jacket – de famoso transatlântico a pontão de carvão*, 2021, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura. Colabora na obra editada em 2016 pelo Arquivo Regional da Madeira: *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, vol. I, *Administração e História*, vol. II, *Apontamentos biográficos de presidentes da Junta Geral no século XX*. Tem vários artigos no projeto Aprender Madeira – *Madeira Global – Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*. Publica, em parceria com Urânia Maria Pita Gaspar, em 2008, *Os Símbolos da Cidade do Funchal*, n.º 2 da coleção “Funchal 500 Anos”, Funchal, Funchal 500 anos. Contacto: [abreu.mariadefatima@gmail.com](mailto:abreu.mariadefatima@gmail.com).

A existência destes espaços de enterramento, cercados de muros e distantes dos povoados, é decretada em Portugal a 21 de setembro de 1835, com o liberalismo, que levantava questões respeitantes ao sepultamento nas igrejas e à saúde da população.

O estudo conduziu-nos à necessidade de verificar, por um lado, como decorreu na ilha o cumprimento do referido decreto. Por outro, tentamos saber onde eram, até então, sepultados os mortos deste concelho.

Atendendo a que o altar e retábulo da Capela do Cemitério da Calheta foram executados na Escola Industrial António Augusto de Aguiar, e o autor da pintura é o seu diretor, quisemos conhecer aquele estabelecimento escolar e a relação deste com o município, a tipologia das oficinas e os mestres responsáveis pela obra de talha e pintura, que foram alvo de análise neste estudo.

**Palavras-chave:** Calheta; Cemitérios; Capela; Altar; Retábulo; Liberalismo; Escola Industrial António Augusto de Aguiar.

### **Abstract**

The creation of a carving work, intended for the altar and altarpiece of the Chapel of Nossa Senhora da Piedade of the public cemetery at the parish of Calheta, in the carpentry and joinery workshops of the António Augusto de Aguiar Industrial School, led us to look at the theme of cemeteries.

The existence of these burial spaces, surrounded by walls and located far from villages, was decreed in Portugal on 21 September 1835, during the liberal period, which raised questions concerning burials in churches and public health.

The study led us to the need to verify, on the one hand, how compliance with the aforementioned decree occurred on the island. On the other hand, we tried to find out where the deceased of this municipality had been buried until then.

Considering that the altar and altarpiece of the Calheta Cemetery Chapel were created at the António Augusto de Aguiar Industrial School, and that the author of the painting is its director, we wanted to learn more about that school establishment and its relationship with the municipality, its typology workshops, and the masters responsible for the carving and painting work, all of which were subject of analysis in this study.

**Keywords:** Calheta; Cemeteries; Chapel; Altar; Altarpiece; Liberalism; António Augusto de Aguiar Industrial School.

## **Introdução**

Ao longo dos séculos, no mundo ocidental, a relação dos vivos com a morte modifica-se e os lugares de inumação alteram-se. Philippe Ariès ajuda-nos a compreender esta mudança. Num estudo sobre a morte, com incidência em França, referencia algumas balizas temporais, admitindo a existência de semelhanças, nem sempre coincidentes, entre países da Europa.

Até ao fim da Antiguidade Clássica os mortos são enterrados longe das povoações ao longo das estradas ou incinerados, porque «eram impuros: demasiado próximos, arriscavam manchar os vivos. A morada de uns devia estar separada do domínio dos outros a fim de evitar qualquer contacto [...]. Era uma regra absoluta»<sup>3</sup>. A Lei das Doze Tábuas prescrevia: «Que nenhum morto seja inumado nem incinerado no interior da cidade»<sup>4</sup>. O código de Teodósio retoma o mesmo princípio e ordena «Que todos os corpos encerrados em urnas ou sarcófagos, no solo, sejam retirados e colocados fora da cidade»<sup>5</sup>.

Deste modo, os cemitérios mostram-se na paisagem claramente destacados das povoações.

A Idade Média marca o momento em que os túmulos se encostam às igrejas ou as enchem. Na topografia urbana o cemitério torna-se invisível, perde identidade, «confunde-se com as dependências da igreja, os espaços públicos»<sup>6</sup>. Abandonou-se por completo o que antes é proibido sendo substituído «por uma atitude nova de indiferença ou de familiaridade. Os mortos, a partir de então e durante muito tempo deixaram totalmente de meter medo»<sup>7</sup>, e «deixou de haver em parte alguma igreja que não recebesse sepulturas nos seus muros e não estivesse junto a um cemitério»<sup>8</sup>. Isto ocorre aproximadamente entre o século V e o final do século XVIII<sup>9</sup>, abrangendo todo o Antigo Regime, tanto na cidade como nas zonas rurais. Esta nova forma de encarar a morte física é de difícil datação e varia de lugar para lugar. A razão desta mudança pode dever-se à crença de que se acede à vida eterna<sup>10</sup> pela «fé na ressurreição dos corpos, associada ao culto dos antigos mártires e dos seus túmulos»<sup>11</sup>.

Philippe Ariès refere-se a este sentimento, citando um autor do século XVI que reconhece serem «os cemitérios não [...] simples sepulturas e reservatórios de corpos mortos, mas antes [...] lugares santos ou sagrados, destinados às orações pelas almas dos falecidos que aí repousam»<sup>12</sup> e reforça esta ideia afirmando-os:

---

<sup>3</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 41.

<sup>4</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 41.

<sup>5</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 41.

<sup>6</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, p. 210.

<sup>7</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 49.

<sup>8</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 50.

<sup>9</sup> Cf. ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 41.

<sup>10</sup> Cf. ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 22.

<sup>11</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 43.

<sup>12</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 55.

«lugares santos e sagrados, públicos e frequentados, e não impuros e solitários»<sup>13</sup> e que «a vista do túmulo convida os próximos do defunto a lembrarem-no e a lembrá-lo a Deus, sempre que visitam o lugar santo»<sup>14</sup>.

Por muito tempo o direito canónico olhou o cemitério ao lado da igreja ou o enterro no seu interior de forma diversa. O Concílio de Braga (563) proibira enterramentos no interior das igrejas, permitindo-os apenas no exterior dos seus muros e os concílios da Reforma Católica mantêm esta determinação, que não é cumprida<sup>15</sup>. No final do século XVI e no XVII, alguns estudiosos interrogam-se «sobre os fenómenos observados nos túmulos»<sup>16</sup>, hoje explicados por «explosões devidas aos gases da decomposição»<sup>17</sup>. Philippe Ariès afirma que esta situação só deixa de ser suportada no fim do século XVIII limitando-se os enterramentos no interior da igreja a casos de exceção e considera «notável que se tenha começado a prestar atenção a este género de fenómenos um século antes de o tornar uma questão pública e de mobilizar a opinião»<sup>18</sup>, havendo médicos que os relacionam com as epidemias. No entanto, a falta de demonstração a par das crenças, adiam a informação<sup>19</sup>.

No século XIX e início do século XX, «o cemitério regressa na topografia»<sup>20</sup>. Como na Antiguidade Clássica, a nova configuração do cemitério instala «uma rutura na coexistência entre vivos e mortos. Exilado para a periferia das povoações, cercado por um muro e dissimulado por árvores»<sup>21</sup>.

Fernando Catroga percorre nalguns países europeus as datas em que os enterramentos nas igrejas são proibidos: Suécia, 1783; Espanha, 1785-1787, com resistência; Império Austro-Húngaro entre 1784-1788; e a Grã-Bretanha apenas generaliza legislação deste tipo nos meados do século XIX, apesar de existirem já alguns cemitérios desde 1718<sup>22</sup>.

Segundo José Pedro Machado, pelos anos de 1129-1130, a morada de descanso eterno, “lugar para dormir”, *koimèterion* (do grego) ou *coemeterium* (do latim),

---

<sup>13</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 55.

<sup>14</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 65.

<sup>15</sup> Cf. ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, pp. 60-61.

<sup>16</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, p. 211.

<sup>17</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, p. 211.

<sup>18</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, p. 212.

<sup>19</sup> Cf. ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, pp. 212-213.

<sup>20</sup> ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, pp. 210.

<sup>21</sup> CATROGA, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, p. 45.

<sup>22</sup> CATROGA, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, pp. 43-44.

está documentada no país de forma escrita, talvez de articulação vulgar, como *cimiterium*<sup>23</sup>. Neste sentido, tanto será cemitério o chão sagrado de igrejas e capelas, interior e adros, que servem este fim por séculos como, apesar de secularizados, o serão os cemitérios públicos concelhios.

Em Portugal, questões sobre saúde e enterros são levantadas com o Iluminismo de meados do século XVIII. Com a revolução liberal, em 1820, os enterros e os cemitérios foram, por três vezes, assunto apresentado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa<sup>24</sup>, mas a existência de cemitérios públicos como benefício para a saúde da população apenas é determinada no reinado de D. Maria II, por decreto de 21 de setembro de 1835. As populações resistem à sua construção. Um sentimento de profundo desagrado acompanhado da instabilidade política e da fragilidade económica dificultam a governação e ocasionam revoltas no Continente português, sobretudo a Norte, e levantamentos de maior ou menor dimensão um pouco por todo o país<sup>25</sup>. E persiste por muito tempo ainda o uso daquela prática. A secularização do cemitério torna-o «aos olhos das populações mais tocadas pela religiosidade num lugar profano e de exílio»<sup>26</sup> e, num país católico, segundo a legislação que os cria, também devem ser benzidos pelo pároco ou eclesiástico beneficiado da freguesia.

O Regulamento por decreto de 8 de outubro de 1835 e a Circular de 4 de setembro de 1836 divulgam a nova lei por todo o país e especificam detalhes sobre a obrigação da sua construção «fora dos limites das povoações e com a exposição mais conveniente à salubridade delas»<sup>27</sup>. Inicia-se desta forma «um longo processo de mudança de comportamentos relativamente à salubridade, higiene, e saúde das populações»<sup>28</sup>. Ao longo das décadas seguintes, e com base na proteção da saúde pública, muita outra legislação força a existência de espaços públicos para o descanso final.

---

<sup>23</sup> MACHADO, 1989, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. II, p. 112.

<sup>24</sup> SUBTIL, 2021, «O Conselho de Saúde Pública, uma imanência da Revolução de 1820», p. 144.

<sup>25</sup> Cf. ASSUNÇÃO, 2018, «Entre a vida e a morte: a importância dos registos cemiteriais para o estudo de moléstias no cemitério municipal de Loures (1890-1900)», p. 315.

<sup>26</sup> CATROGA, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, p. 45.

<sup>27</sup> *Diário do Governo*, 24 de setembro de 1835, n.º 226, Decreto do estabelecimento dos cemitérios públicos do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães.

<sup>28</sup> ASSUNÇÃO, 2018, «Entre a vida e a morte: a importância dos registos cemiteriais para o estudo de moléstias no cemitério municipal de Loures (1890-1900)», pp. 315, 317.

Assim, impostas regras relativas à definição urbana dos lugares de enterramento a bem da saúde das populações, e após esta mudança de caráter civilizacional, deve fazer-se a distinção entre os que obedecem à nova lei e os já existentes nas paróquias junto às igrejas.

No arquipélago da Madeira, o período do povoamento determina que apenas seja conhecido o hábito de sepultar as pessoas falecidas no chão considerado sagrado – sepultura *ad sanctus* –, no interior de capelas e igrejas e nos seus adros, onde os familiares sentem a sua proximidade.

Apesar da legislação existente afastar os cemitérios públicos das povoações, neste território insular regista-se a existência de três sepultamentos, já na segunda metade do século XIX, na capela do Loreto: 1856, 1857 e 1858, um em cada ano<sup>29</sup>. Tomámos estes registos como exemplo, mas acreditamos haver outros devido à falta de cemitérios obedecendo às novas regras e pela pressão de epidemias como a da cólera nos anos referidos.

A morosidade da execução de cemitérios públicos de acordo com o decreto de 21 de setembro de 1835, seguido do regulamento e da circular, parece manifestar também uma forma de resistência. Deve-se à falta de terras concelhias disponíveis, como é afirmado numa ata da Câmara Municipal da Calheta de 19 de março de 1864<sup>30</sup>, ou à falta de orçamento municipal suficiente para a sua aquisição/expropriação apesar de a mesma lei autorizar os municípios a usar essa forma de aquisição «porque o domínio se transfere *in perpetuum*»<sup>31</sup>. Razões que se juntam talvez à «estranheza conjugada com receios de aumento de cargas fiscais suscitados pela sua construção e com dificuldades de ordem burocrática»<sup>32</sup> podem explicar as resistências à sua implantação.

Segundo os autores do *Elucidário Madeirense*, no distrito do Funchal, antes desta legislação, apenas os falecidos no Hospital eram sepultados no cemitério da Santa Casa da Misericórdia situado no lado das Angústias. Com a lei de 1835, a Câmara Municipal do Funchal encetou diligências para a cedência desse pequeno cemitério junto daquela entidade e com o conde João de Carvalhal para a venda dos terrenos contíguos destinados ao seu alargamento. A mesma fonte refere que

---

<sup>29</sup> LADEIRA, 2019, *Arco da Calheta, Património Religioso e alguns aspetos do quotidiano*, p. 208.

<sup>30</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fls. 26, 26v.

<sup>31</sup> *Diário do Governo*, 24 de setembro de 1835, n.º 226. Decreto do estabelecimento dos cemitérios públicos do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, p. 327.

<sup>32</sup> CATROGA, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, p. 45.

as terras necessárias são «generosamente oferecidas ao município» por carta datada de 8 de julho de 1836<sup>33</sup>. Segundo a *Correspondência Expedida* da Câmara Municipal da Calheta «Foi necessária a instituição da Junta Geral do Distrito do Funchal<sup>34</sup> para os concelhos voltarem a falar do que [...] falta para a sua população» como é o caso dos cemitérios<sup>35</sup>.

Os primeiros cemitérios públicos municipais construídos são os de São Roque e Angústias em 1836. Este último concluído em 1838, no mesmo ano do cemitério do Porto Santo, e, segundo a mesma fonte, benzido pelo vigário capitular e governador do bispado do Funchal António Alfredo de Santa Catarina Braga<sup>36</sup>. Defensor dos princípios liberais, este prelado emite pastoral sobre a proibição de enterros nas igrejas ou nos seus adros. Cumpre, assim, a determinação de D. Maria II, através do Ministério do Reino e da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça «para que pelas autoridades administrativas se vençam as dificuldades locais, que em alguns pontos se opõem à execução»<sup>37</sup> de cemitérios públicos segundo a lei. E exorta os párocos a explicar ao povo as suas vantagens. A mesma pastoral determina que «Estas disposições começarão a ter o devido efeito nas quatro freguesias da cidade, a saber, Sé, Nossa Senhora do Socorro, São Pedro e Santa Luzia logo que seja benzido o cemitério público mandado construir pela Câmara Municipal no sítio das Angústias»<sup>38</sup>. Segundo os autores do *Elucidário Madeirense*, a bênção ocorre a 8 de julho de 1838<sup>39</sup>, tendo os trabalhos sido concluídos em maio.

No Funchal, seguem-se os de Santa Luzia em 1840 e São Gonçalo em 1841<sup>40</sup>. O conselheiro José Silvestre Ribeiro, governador civil deste distrito entre 7 de julho de 1846 e 13 de novembro de 1852, que teve uma ação abrangente em várias áreas de desenvolvimento social, económico e de obras públicas a fim de melhorar o

<sup>33</sup> SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 67.

<sup>34</sup> Com o Liberalismo, o Código Administrativo de Passos Manuel (dezembro de 1836) dá às Juntas Gerais funções e atribuições de um verdadeiro sistema administrativo. No entanto, em 1892, estes organismos são extintos (decreto de 6 de agosto) e o Código Administrativo de 1896 mantém esta decisão. Mas, por decreto de 4 de março de 1895, o arquipélago dos Açores consegue, com caráter de exceção, recuperá-las para os seus distritos administrativos. Na Madeira isso apenas acontecerá por carta de lei de 12 de junho de 1901, de D. Carlos. Vide ABREU, 2016, «Relações de Dependência [...]», p. 52.

<sup>35</sup> CMCLT, *Correspondência Expedida*, l.º. 160, fl. 123.

<sup>36</sup> Cf. TRINDADE, 2022, «Braga, António Alfredo de Santa Catarina», pp. 541-543. António Alfredo de Santa Catarina Braga é designado, por decreto de 7 de novembro de 1834, governador do bispado do Funchal, cargo que ocupa até 26 de março de 1840.

<sup>37</sup> AHDF, Bispado/Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

<sup>38</sup> AHDF, Bispado/Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

<sup>39</sup> SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 67.

<sup>40</sup> SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 255.

estado da população madeirense, alerta as câmaras municipais para a urgência da construção de cemitérios, manifestamente em falta. Afirma mesmo estar «disposto [...] a não descansar enquanto não estiver de todo lavada a nódoa, que neste ponto mancha a civilização da Madeira; e em último caso [levantaria] um brado de censura contra as Câmaras [...] remissas»<sup>41</sup>. Apesar disto, os autores do *Elucidário Madeirense* afirmam que, nos concelhos rurais, o seu estabelecimento foi demorado e que, segundo um jornal da época que não identificam, em São Jorge e no Arco de São Jorge não existiam ainda em 1862<sup>42</sup>.

### **Aquisição de Terras e Edificação de Cemitérios no Concelho da Calheta**

A lentidão com que é tratado o assunto dos cemitérios na Madeira continua muito para lá dos esforços do conselheiro José Silvestre Ribeiro, no início da década de 50 do século XIX, e até para além dos dois exemplos citados, dados como tardios pelos autores do *Elucidário Madeirense*. Os governantes com essa responsabilidade pressionam as câmaras para a sua existência, mas essa falta persiste.

Isso mesmo se demonstra pela análise do que ocorre no concelho da Calheta num momento de especial pressão pelo número de óbitos decorrente da epidemia de cólera em 1856, apesar de o art. 7.º do decreto de 1835 determinar que «os cemitérios ora existentes, deverão ser removidos para sítio conveniente»<sup>43</sup>. No caso em observação, a procura urgente de locais de sepultamento leva o Administrador do Concelho da Calheta a decidir usar, na sua área de jurisdição, os adros da igreja da vila e de algumas das capelas existentes para sepultar os mortos. Esta decisão, à qual a Câmara Municipal dá seguimento, pode ser observada nos óbitos dos registos paroquiais desta freguesia. Situação semelhante ter-se-á verificado noutras.

Os livros de registo de óbitos mostram uma realidade contrária ao cumprimento da lei, pelo facto de a legislação atribuir às câmaras a responsabilidade dos cemitérios públicos e ser a própria Câmara Municipal da Calheta a mantê-los nos lugares habituais por muito tempo.

---

<sup>41</sup> BLANC *et. al.*, 1851, *Brevíssima resenha de alguns dos serviços que ao distrito do Funchal tem prestado o Conselheiro José Silvestre Ribeiro*, pp. 17, 18.

<sup>42</sup> SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 255.

<sup>43</sup> *Diário do Governo*, 24 de setembro de 1835, n.º 226.

A 6 de agosto de 1856 é no adro da capela de São Pedro de Alcântara, no Lombo do Atouguia, o «novo cemitério»<sup>44</sup>, assim como no da capela de Santo António, no Lombo do Salão, por vezes designado «cemitério de Santo António dos Milagres»<sup>45</sup>, não citado até aí, que são sepultados muitos dos falecidos<sup>46</sup>. Na década de 60 do mesmo século, verifica-se pelos registos de óbito que os sepultamentos não têm local fixo, variando entre capelas e igreja matriz, certamente em razão da proximidade da residência do falecido.

Imagem I – Capela de Santo António dos Milagres, Lombo do Salão, Calheta<sup>47</sup>  
(março de 2024)



Fonte: Fotografia de Fátima Andrade.

<sup>44</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 14, fl. 50v.

<sup>45</sup> SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 237. Esta capela é referida no *Elucidário Madeirense* afirmando os seus autores que nela «se praticam ainda atos de culto» e que «é seu proprietário Juvenal R. Vasconcelos».

<sup>46</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 14, fls. 57v.-59.

<sup>47</sup> ABM, CMCLT, Classificação de Imóveis existentes neste concelho (capelas e Igrejas), pt. 1496, of. 65, 21 de janeiro de 1975. Neste documento, esta capela está classificada como “de valor concelhio” desde 31 de outubro de 1972.

Nos anos 70, quem morre é sepultado nos adros da igreja da vila, das duas capelas antes referidas e, ainda, na capela do Bom Sucesso no Lombo da Estrela<sup>48</sup>.

Nestes registos paroquiais a primeira menção a “cemitério público” aparece a 13 de agosto 1862<sup>49</sup>, apesar de, há muito, a legislação em vigor ter proibido a inumação nos adros das capelas. Este facto estabelece alguma confusão, primeiro porque ainda não foi construído, nem foi adquirida a sua terra e, depois, porque a descrição é indefinida e pouco esclarecedora. Em outubro desse ano, outros enterramentos são «no cemitério desta vila»<sup>50</sup>, neste mesmo ano, vários outros «no cemitério público desta vila»<sup>51</sup> e, por fim, «no cemitério público de Santo António»<sup>52</sup>, o que permite pensar ser este o único cemitério e que o mesmo é *cemitério público*.

No ano de 1863, em 61 sepultamentos 11 são «no cemitério público desta freguesia», especificando que alguns são «no Lombo do Salão»<sup>53</sup>, por isso será o de Santo António. Mas, num dos casos, o cemitério público é no Lombo da Estrela. De onde se deduz que o conceito de cemitério público está ainda pouco claro. Por esta altura, quando a inumação é «no cemitério público desta freguesia»<sup>54</sup> não fica esclarecido qual deles é. Em 1864 há descrições idênticas, mas em menor número, sendo a opção, na maioria dos casos, «no cemitério desta freguesia»<sup>55</sup>. Nos anos de 1865, 1866 e 1867, sem qualquer exceção, a descrição do lugar de sepultamento uniformiza-se e fixa-se na forma: «no cemitério público desta freguesia»<sup>56</sup>.

Procurámos a razão deste facto nas atas das sessões de vereação da Câmara Municipal da Calheta o que nos leva novamente à ata da vereação de 19 de março de 1864. Verificámos que nessa sessão é deliberado «dar princípio ao cemitério desta paróquia» respeitando as instruções do Conselho de Saúde Pública de 1 de agosto de 1863<sup>57</sup>. A câmara toma conta desta sua incumbência, mas será que o faz como legislado? Esta ata tem uma adenda que acrescenta um esclarecimento sobre a

---

<sup>48</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 14, fl. 51.

<sup>49</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4392, fls. 6, 6v.

<sup>50</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4392, fl. 8.

<sup>51</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4392, fls. 8v., 9, 9-9v.

<sup>52</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4392, fl. 11.

<sup>53</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4393, fls. 2, 4v., 5, 5v., 5v.-6.

<sup>54</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4393, fls. 6, 6v., 7, 9v., 10.

<sup>55</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4394.

<sup>56</sup> ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.ºs 4395, 4396 e 4397.

<sup>57</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fls. 26, 26v.

posse da terra que até aí serve de cemitério. No requerimento do visconde de Fonte Arcada<sup>58</sup>, que o seu procurador António Caetano da Costa Muniz apresenta, aquele senhorio refere:

«ter esta Câmara no ano de 1856 estabelecido um cemitério em terra do requerente no sítio de Santo António, no Lombo do Salão desta freguesia sem expropriação e sem contrato nem contemplação alguma com o senhorio da terra e pede que o dito se realize pela estipulação de um foro perpétuo e pelo pagamento dele desde aquele ano»<sup>59</sup>.

Sobre este assunto os vereadores deliberaram oficial ao senhorio, através do seu procurador, argumentando que aquele cemitério havia sido «estabelecido, provisoriamente»<sup>60</sup> por ordem do administrador do concelho devido à cólera *morbis*. Mas, acabada essa necessidade, o pároco continuara a sepultar ali finados sem que disso resultasse benefício algum para a câmara porque, segundo o *Regulamento dos cemitérios*, o secretariado da municipalidade está incumbido de cobrar aos herdeiros de quem se enterra o pagamento pelo covato, de acordo com a sua categoria. Assim, como até hoje acontece, os cemitérios públicos rendem anualmente para o orçamento do município pelo produto da venda de terra para jazigos e pelas taxas das sepulturas ou covatos – o que, no caso, não aconteceu. Isso permite pensar que a continuidade dos enterramentos nesta capela seria uma clara atitude de resistência à lei em vigor ou do «pouco zelo do pároco»<sup>61</sup>, parafraseando a pastoral do governador do bispado António Alfredo de Santa Catarina Braga. Este documento aponta ainda outra razão para a falta de cumprimento da lei: os «discursos dos indivíduos que lucram com a manutenção daquela prática tão funesta à saúde dos povos»<sup>62</sup>.

A Câmara Municipal da Calheta delibera a 19 de março de 1864 dar princípio ao cemitério público municipal da freguesia, mas apenas em 1878 adquire a terra

---

<sup>58</sup> Visconde de Fonte Arcada é um título nobiliárquico “De jure e herdade” criado por D. Afonso VI, por carta de 6 de fevereiro de 1671, a favor de Pedro Jacques Magalhães, destacado militar das batalhas da Restauração. O visconde Fonte Arcada referido neste texto, por surgir na documentação como proprietário das terras vendidas para o cemitério da freguesia da Calheta, é António Francisco Jacques de Magalhães (1793-1880), 5.º deste título, casado com Isabel Raposo d’Alte Espargosa. É «Par do Reino, Cavaleiro da Muito Nobre e Antiga Ordem de Torre e Espada, do Valor Lealdade e Mérito, Ex-Administrador Geral do Distrito de Leiria, Coronel das Extintas Milícias do Sexto Batalhão Nacional fixo, do Terceiro Provisório, do Quinto da Guarda Nacional de Lisboa e Comandante-Geral e interino da mesma Guarda». Cf. FONTE ARCADA, 1869, *Vozes Leais ao Povo Portuguez*, frontispício, e ABM, JUD, cx. 3237-16, fl. 18. Esta família tem um morgado na ilha da Madeira e Lourença Antónia de Menezes, viúva de Henrique Jaques Magalhães, em 1707, requere tomo dos bens do mesmo por seu filho, João Pedro Jaques de Magalhães, afirmando haver bens dele «alheados e sonegados». Cf. ABM, JUD, cx. 3237-16, fl. 12.

<sup>59</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fl. 27.

<sup>60</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fl. 27.

<sup>61</sup> AHDF, Bispado / Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

<sup>62</sup> AHDF, Bispado / Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

para a sua construção. Assim, até aí, como demonstram os registos de óbito, há o que chamam de cemitério público do Lombo do Salão, que usa a terra pertencente à capela de Santo António dos Milagres, cujo senhorio é o visconde de Fonte Arcada, sendo a responsabilidade daquele espaço da câmara.

No mesmo ano, neste concelho rural, são também adquiridas terras para os cemitérios do Estreito da Calheta e do Arco da Calheta. A extensão do seu território assim o exige<sup>63</sup>.

A escritura de compra e quitação de duas porções de terra, necessárias à construção do cemitério da freguesia da Calheta, precisamente no sítio do Lombo do Salão, data de 24 de julho desse ano<sup>64</sup>. Um prédio rústico com

«mil seiscentos e trinta e um metros e cinco decímetros quadrados, confrontando a Norte e Leste com os vendedores, a Sul com António Joaquim de Vasconcelos e a Oeste com a vereda dos heréus. E outra porção de terra, no mesmo sítio, para o caminho de entrada no mesmo, de cento e cinquenta e um metros quadrados e vinte e cinco decímetros a confinar, a Norte e Sul com os vendedores, a Leste com a vereda dos heréus e a Oeste com o caminho do Lombo do Salão»<sup>65</sup>.

Os vendedores são o visconde de Fonte Arcada, António Jacques de Magalhães e esposa Maria Isabel Raposo de Sousa d'Alte Espargosa, residentes em Portugal continental, representados pelo seu procurador, Diogo de Sousa Drummond, proprietário, residente na cidade do Funchal<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> O Concelho da Calheta tem oito freguesias: Calheta, Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Ponta do Pargo, Prazeres, Fajã da Ovelha, Jardim do Mar e Paul do Mar, sendo dos concelhos da ilha da Madeira o mais extenso. Este texto trata do cemitério público da Calheta para o qual é adquirida terra no ano de 1878. Nesta data a Câmara Municipal da Calheta adquire terra para outros dois cemitérios, o do Arco da Calheta e o do Estreito da Calheta (este, em terras que antes pertenciam ao Conde da Calçada custou 299:850 rs. ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 98. O livro, que existe, de registo de sepultamentos destas duas freguesias data os primeiros sepultamentos a 27 de dezembro de 1927 e 3 de julho de 1938, respetivamente, mas estes cemitérios são referidos muito antes, nos livros de Receita e Despesa desta câmara. E têm guardas que auferem, cada um, 6:000 rs. anuais, tal como o do cemitério municipal da Calheta. Em 1881 o cemitério da Ponta do Pargo está a ser construído, pois tem apontador, e em 13 de setembro de 1883 já tem guarda, pelo que se depreende estar já em funcionamento. O mesmo acontece com o dos Prazeres que também já tem guarda em 2 de junho de 1883. ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210. Faltam os livros de receita e despesa entre 1867 e novembro de 1881. Dois projetos para os cemitérios das freguesias do Paul do Mar e Prazeres são pagos por mandado da vereação de 14 de janeiro de 1878 e, a 22 de junho de 1878, a Câmara Municipal da Calheta adquire a terra para o dos Prazeres a Manuel Gonçalves Jardim Ponte e sua mulher Isabel Rodrigues. Este cemitério está em construção em 22 de maio de 1878, pois já tem apontador. ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fls. 64, 65, 77. Verifica-se a inexistência de livros de registo de sepultamentos para estes cemitérios para datas tão recuadas. Não encontramos notícia respeitante aos das freguesias do Jardim do Mar e Fajã da Ovelha no âmbito temporal e local pesquisado.

<sup>64</sup> ABM, CMCLT, Notariado Privativo, Contratos e Escrituras, l.º 173, fls. 1-2v.

<sup>65</sup> ABM, CMCLT, Notariado Privativo, Contratos e Escrituras, l.º 173, fls. 1-2v.

<sup>66</sup> ABM, CMCLT, Notariado Privativo, Contratos e Escrituras, l.º 173, fls. 1-2v.

Assim, concluímos ser a terra e capela de Santo António dos Milagres, que serviu de cemitério desde 1856, do mesmo senhorio que, em 1878, vende a terra para o novo cemitério, ficando esta acima, e a muito pouca distância, daquele que servira até aí de local de descanso eterno. Neste contrato, representa a Câmara Municipal da Calheta o seu presidente, Francisco Ladislau de França, proprietário, morador na freguesia do Arco da Calheta, devidamente autorizado em sessão de câmara do mesmo mês. O pagamento convencionado de cento e vinte e sete mil réis é feito no próprio ato.

A este respeito, na *Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro*, a 22 de julho daquele ano, há mais informação acerca do pagamento que a câmara faz, relativa à compra daquela terra, no total de 138:374 rs.<sup>67</sup>: parte a favor da Repartição da Fazenda e, outra, ao visconde de Fonte Arcada. Atendendo ao valor que este recebeu, deduzimos ter esta compra rendido à Fazenda 11:374 rs.

No mesmo livro, o registo de pagamento seguinte atribui 46:800 rs. ao mesmo «visconde de Fonte Arcada pelos rendimentos que lhe competia do terreno que tem servido de cemitério da freguesia da Calheta nos últimos 12 anos findos a um de Junho último»<sup>68</sup>. Assim, e segundo esta última informação, a câmara, segundo o pedido que lhe é dirigido, deve àquele senhorio o rendimento pelo uso da terra desde 1866, mas os registos de óbito mostram ser a partir de 1864. Depois de ter deliberado ter cemitério público<sup>69</sup>, a Câmara Municipal da Calheta passa a chamar aquele chão, que até aí era já de descanso eterno, cemitério público. Conclui-se também que não se considerou devedora do uso da terra ao senhorio entre os anos 1856 e 1866, por atribuir ao pároco a responsabilidade da continuidade dos enterramentos.

A Câmara Municipal da Calheta tem de pagar ainda a António da Silva Pinheiro, Francisco da Silva Pinheiro, João Afonseca e outro 23:450 rs., o valor das benfeitorias feitas sobre a terra do visconde de Fonte Arcada<sup>70</sup>.

A construção do cemitério público é lenta apesar de iniciada logo após a aquisição do espaço. A 21 de agosto<sup>71</sup> Cláudio Bettencourt Pimenta é apontador

---

<sup>67</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 94.

<sup>68</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 94.

<sup>69</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fls. 26, 26v.

<sup>70</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 104.

<sup>71</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 99.

desta obra, isto é, está encarregado do levantamento e registo de mão-de-obra, é responsável pelas ordens de serviço, supervisiona as medições e fiscaliza a entrada e saída de materiais, cargo que mantém até 5 abril de 1879<sup>72</sup>. O seu trabalho, depois supervisionado pelo presidente da câmara, seria pago a 400 rs. diários «começando [...] ao romper do dia até à hora do costume»<sup>73</sup>. A partir de 28 de junho de 1880 o apontador passa a ser Francisco Manuel de França Dória<sup>74</sup> que a acompanha até 4 de novembro de 1880<sup>75</sup>.

Observa-se, pelos mandados de pagamento realizados, que o terreno é rochoso uma vez que é necessário o uso de pólvora, também empregue no cemitério dos Prazeres. Nas duas vezes que a sua aquisição é assinalada, uma, no valor de 7:640 rs., é para o cemitério da Calheta, e outra de 15:200 rs., para os dois, 15kg para cada um<sup>76</sup>.

A 11 de dezembro de 1880 o mesmo livro do tesoureiro regista o mandado de pagamento do portão de ferro ao vereador encarregado do pelouro das obras, João Francisco de Ornelas Sobrinho<sup>77</sup>, e a 5 de outubro, o mesmo recebe o pagamento de 34:880 rs. pela cantaria para a cruz do cemitério e suas conduções<sup>78</sup>.

A 4 de agosto de 1883 Cláudio Bettencourt Pimenta é guarda do cemitério da Calheta e paga à Câmara Municipal pela retribuição dos covatos 9:815 rs.<sup>79</sup>.

Mas os trabalhos continuam. A 13 de novembro de 1885, a Gregório Perestrelo de França é paga a obra de colocação do pedestal – que tem inscrita a data de 1886 – e a cruz de pedra, obra orçada em 20:000 rs.<sup>80</sup>. Segundo a pastoral já citada, o cemitério é abençoado porque «a Cruz do Redentor Arvorada no seu centro, vos dirá que os merecimentos infinitos de Jesus Cristo não serão inúteis aos mortos»<sup>81</sup>.

---

<sup>72</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 125.

<sup>73</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 446, fl. 103v.

<sup>74</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 167.

<sup>75</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 178.

<sup>76</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fls. 114, 121.

<sup>77</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 182.

<sup>78</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 136, fl. 10.

<sup>79</sup> ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210, fl. 22; ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 136, fl. 51v.

<sup>80</sup> ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210, fl. 38.

<sup>81</sup> AHDF, Bispoado / Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

Imagem II – Cruz de cantaria do cemitério municipal da Calheta (março de 2024)



Fonte: Fotografia da autora.

A data provável do início de sepultamentos no novo cemitério público da Calheta será 1886, uma vez que, a 20 de março do mesmo ano, o mesmo guarda paga à Câmara 11:870 rs. «pela retribuição dos covatos»<sup>82</sup> e, no dia 26 seguinte, são pagos 8:285 rs. «a António Eduardo Pestana de Barros Júnior, encarregado da despesa com o material e feito das tabuletas para a numeração das sepulturas»<sup>83</sup>.

O ano de 1886 estava também registado na entrada, no chão de empedrado madeirense – fundo preto e desenho branco em calhau rolado miúdo, atualmente destruído, o que impossibilita a leitura.

<sup>82</sup> ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210, fl. 34.

<sup>83</sup> ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210, fl. 38.

Imagem III – Entrada do cemitério municipal da Calheta, Lombo do Salão (novembro de 2013)



Fonte: Fotografia da autora.

Na década seguinte, a ata da sessão de vereação e a escrituração do tesoureiro da câmara no que respeita a esta obra mostram que a 17 de dezembro de 1896 são pagos: a João José Macedo por utensílios para a capela do cemitério 63:900 rs., a V.<sup>a</sup> (Viúva) Romano Gomes e Filhos por madeiras para a mesma 12:650 rs. e, a José Maria dos Passos Almada, por objetos, 12:930 rs., o que prenuncia, finalmente, a proximidade da sua conclusão<sup>84</sup>.

O primeiro livro de registo de sepultamentos que existe referente ao cemitério do Salão tem início com a inumação de Maria Gomes de Sousa a 6 de janeiro de 1895, um ano e pouco antes da capela ter altar<sup>85</sup>. Por tudo o que antes referimos, esta poderá não ser a primeira inumação, mas não existem livros de sepultamentos anteriores.

<sup>84</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 42v.; ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 140, fl. 50.

<sup>85</sup> ABM, CMCLT, Registo de sepultamentos, Cemitério do Salão, Estreito da Calheta e Arco da Calheta, l.º 1295, fl. 1.

## **O Retábulo e o Altar da Capela do Cemitério da Calheta – Obra das Oficinas da Escola Industrial António Augusto de Aguiar**

A capela do cemitério da freguesia da Calheta é um edifício simples de planta retangular, com cobertura em telhado de duas águas e janelas na parte superior das paredes laterais. A porta principal é virada a poente, ladeada por duas janelas. À sua esquerda, está a sacristia, área com ligação interna na parede lateral da capela, que tem outra janela lateral mais estreita. A segunda janela da fachada pertence a espaço sem ligação ao seu interior. As duas áreas laterais, encimadas por uma espécie de platibanda com remate curvo na fachada principal, têm telhado rebaixado relativamente ao corpo principal.

Imagem IV – Panorâmica do cemitério municipal da Calheta (setembro de 2024)



Fonte: Fotografia de Fátima Andrade.

Em 1895 falta ainda à capela deste cemitério um altar digno. São madeirenses os mestres e alunos de uma escola do Funchal, ainda com poucos anos, que se ocupam deste último detalhe.

Na segunda metade do século XIX, num contexto de revolução industrial por toda a Europa, os governos viram no ensino industrial uma necessidade formativa e de desenvolvimento das classes industriais. Portugal segue esse rumo.

É por isso que em 10 de janeiro de 1889, Emídio Navarro, ministro das Obras Públicas, cria no Funchal, entre outras no país, uma escola de Desenho Industrial<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> *Diário do Governo*, 23 de fevereiro de 1889, n.º 44, p. 11.

que, em 1891, toma o nome do ministro responsável pela importante legislação de 1884 considerada o fundamento do ensino industrial no país: Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, primeiro chamada Josefa de Óbidos<sup>87</sup>. O decreto que a cria não lhe atribui nome, mas define a sua finalidade: «ministrar o ensino de desenho, com aplicação à indústria ou indústrias predominantes na localidade». Destacam-se os bordados e os vimes, carentes de mestres com conhecimento de desenho, porém, não são estas artes a beneficiar dos ensinamentos da nova escola porque os artesãos que as praticam vivem dispersos pelas povoações da ilha e distantes do Funchal onde se localiza a escola.

No distrito, é responsável pelo impulso à existência de uma escola deste tipo o governador civil, João Alarcão Osório<sup>88</sup>. No que à indústria e ao ensino industrial diz respeito, o país está dividido em duas circunscrições, a do Norte e a do Sul, cada uma dependente de um inspetor. A Madeira integra a Circunscrição Sul e, por este tempo, o seu inspetor é Francisco Fonseca Benevides<sup>89</sup>, também impulsionador da sua existência no Funchal e a quem o diretor da Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, desde a sua criação, com regularidade, se dirige por ofício.

O primeiro diretor foi o professor Cândido Pereira<sup>90</sup> sendo da sua responsabilidade o Livro n.º 1, do Registo de Correspondência [Expedida]<sup>91</sup>. Num tempo em

---

<sup>87</sup> De seu nome Josefa de Ayala Figueira (Sevilha, fevereiro de 1630 – Óbidos, 22 de julho de 1684). Esta pintora portuguesa do século XVII dedicou-se, especialmente a natureza-morta e temas religiosos.

<sup>88</sup> *Diário de Notícias da Madeira*, 28 de agosto de 1889, p. 1; João Alarcão Velasques Sarmiento Osório (1854-1918), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, político ligado ao Partido Progressista e governador civil de vários distritos do país entre os quais o Distrito do Funchal de 5 de abril de 1888 a 1890.

<sup>89</sup> Francisco Fonseca Benevides é natural de Lisboa (1836-1911). Integra a Marinha (1851-1856) e torna-se professor de Física e Hidrografia no Instituto Industrial de Lisboa. Em 1854, por concurso, é nomeado regente da cadeira de Física do Instituto de Lisboa e lente de Matemática e Artilharia na Escola Naval, onde permanece até 1871. Em 1866 é admitido na Academia das Ciências. Participa nas Exposições Industriais internacionais do Porto (1856) e de Paris (1867). É diretor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, onde funda o seu Museu Tecnológico. Em 1884 é nomeado Inspetor das escolas industriais da Circunscrição Sul, lugar que ocupa até 23 de outubro de 1891, data em que é exonerado a seu pedido. Ao seu nome está associada produção literária nas várias áreas que estudou. O inspetor seguinte, nomeado por decreto de 9 de julho de 1892, é Luciano Cordeiro (1844-1900), que se mantém até 1899, sendo este o período que inclui o assunto tratado. NEPOMUCENO e BRAGA, 2022, «Luciano Cordeiro (Mirandela, 1844 – Lisboa, 1900)».

<sup>90</sup> Cândido Pereira (1869-1935) é natural de Lisboa, filho de José Inácio Pereira e de Maria Lucinda Pereira. Estuda na Escola Industrial Afonso Domingues, em Xabregas, Lisboa. A sua colocação na escola do Funchal, ainda bastante jovem, deve-se à excelência das suas notas. Arquivo da Escola Industrial Afonso Domingues, Notas sobre os alunos que se distinguiram pelo seu aproveitamento escolar, «Cândido Pereira» (informação recebida por email a 2008-04-15).

<sup>91</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92.

que os funcionários nas escolas são poucos, a correspondência é tarefa do diretor e, através dela, é o próprio que nos dá a conhecer os primeiros anos da instituição que tem a seu cargo. E é nas oficinas de marcenaria e carpintaria desta escola que é construído o altar da capela do Cemitério Municipal da Calheta, no Lombo do Salão.

No Funchal, para os lados de São Pedro, havia «muitas oficinas de marcenaria [...] cujos proprietários facilmente poderiam fazer inscrever na escola os seus aprendizes»<sup>92</sup>, uma das razões invocadas pelo diretor da escola para reforçar a boa localização do Palácio de São Pedro, à rua da Mouraria, freguesia de São Pedro, onde a escola se instala em novembro de 1893, depois de ter estado desde a sua criação na rua de Santa Maria n.º 45 (hoje 73), freguesia de Santa Maria Maior. É definido como público-alvo os mestres e aprendizes das oficinas próximas que deviam aproveitar este novo ensino. Inicialmente apenas com disciplinas de desenho, no ano letivo de 1893-1894, por melhorarem as suas instalações, o diretor solicita «a montagem [...] das oficinas de bordado, costura e corte, obra de verga e incrustações em madeira»<sup>93</sup>, e indica Manuel Rodrigues Gaspar Júnior<sup>94</sup> para mestre desta oficina, por ser «um dos mais hábeis cultores daquele ofício»<sup>95</sup> e, alargadas as oficinas de carpintaria e marcenaria, propõe o marceneiro entalhador Francisco Franco de Sousa<sup>96</sup> para seu mestre, por ser «um dos mais distintos alunos da escola, que frequenta desde a sua criação obtendo sempre classificações elevadas e prémios pecuniários»<sup>97</sup>. O decreto de 14 de dezembro de 1897<sup>98</sup>, que contém o quadro de docentes das escolas da Circunscrição Sul, em que se integra a Madeira, confirma estes dois mestres como responsáveis daquelas oficinas.

---

<sup>92</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 57.

<sup>93</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 53.

<sup>94</sup> Manuel Rodrigues Gaspar Júnior (1857-1899), é natural da freguesia de São Pedro, Funchal. Cf. ABM, PRQ, São Pedro, Batismos, l.º 1252, 4v. Frequenta a EIAAA e, na sua vida ativa, desenvolve a atividade de marceneiro-embutidor. É filho de outro marceneiro-embutidor e industrial do mesmo nome e de Maria Augusta. Na EIAAA é o primeiro mestre da arte das incrustações em madeira também conhecida como embutidos. ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 54.

<sup>95</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92 (1889-1890), p. 54.

<sup>96</sup> Francisco Franco de Sousa (1853-1932), nasce a 11 de dezembro, na freguesia de São Pedro, filho de Manuel de Sousa e de Maria Rosa. ABM, PRQ, São Pedro, Batismos, l.º 118, fl. 173. Termo que está anulado e remetido para um «extrato do registo de nascimento, n.º 29» em 8 de agosto de 1924, CRC Funchal, Batismos, l.º 2083, f. 8. Tem a profissão de carpinteiro em 1885, no registo de batismo de seu filho do mesmo nome, que veio a ser escultor. Frequenta desde a abertura a Escola de Desenho Industrial da qual se torna mestre carpinteiro, marceneiro e marceneiro-entalhador. ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 54.

<sup>97</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 54.

<sup>98</sup> *Diário do Governo*, 15 de dezembro de 1897, n.º 283, pp. 3319-3334.

O cemitério do sítio do Salão está concluído e, provavelmente, já com enterramentos desde 1886, quando a câmara começa a tratar da sua capela e do respetivo altar. O assunto é tratado na sessão de 16 de fevereiro de 1895 e a vereação decide «encarregar o sr. Presidente de contratar pessoa competente para a construção do altar na capela do cemitério da Calheta, bem como da aquisição de objetos de culto para a mesma»<sup>99</sup>.

Na sessão ordinária de 18 de maio do mesmo ano o presidente da câmara anuncia, a respeito da incumbência recebida em fevereiro, que contactara alguns mestres para aquela obra. Destaca-se nessa pesquisa o nome do mestre carpinteiro Vicente Júlio de França Pereira<sup>100</sup>, que apresenta proposta e o respetivo desenho, sendo a obra orçada em duzentos e cinquenta mil réis e «a Câmara examinando-a resolveu rejeitá-la pelo preço exorbitante e não serem correntes as condições nela exaradas»<sup>101</sup>, mas que não são especificadas na ata. O assunto não volta a ser referido até ao final do ano e logo no início de 1896, a 7 de janeiro, instala-se uma nova Câmara após as eleições para o triénio 1896-1898<sup>102</sup>.

Os novos vereadores não recorrem ao que antes havia sido tratado sobre este assunto ou não concordam com a decisão quanto ao valor disponível para aquela obra e, na sessão de 5 de março de 1896<sup>103</sup>, decidem «encarregar o sr. Presidente de contactar um engenheiro»<sup>104</sup> para tratar de várias obras no concelho, entre as quais a do «altar para a capela do cemitério da Calheta»<sup>105</sup>.

Na sessão de 23 de abril de 1896 um dos assuntos é a apreciação daquele projeto, obra para a qual a Câmara Municipal da Calheta tem disponíveis 300:000 réis. E, tendo sido o mesmo aprovado, é decidido passar editais para a sua arrematação na sessão de 15 de maio<sup>106</sup>. Nesse dia, depois de anunciada a praça e verificando-se que «passado grande espaço de tempo, o único concorrente era o sr. Manuel Rodrigues

---

<sup>99</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 12v.

<sup>100</sup> Vicente Júlio da França Pereira (1888-1985), filho de Vicente Júlio Pereira e de Maria Martinha. O pai carpinteiro a quem seguiu as pegadas. Torna-se carpinteiro entalhador e é da sua responsabilidade o altar da Capela da Consolação do Caniço. Cf. JARDIM e GOMES, 1999, «Capela da Consolação, Portugal, Ilha da Madeira, Santa Cruz».

<sup>101</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 16.

<sup>102</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 26.

<sup>103</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 29v.

<sup>104</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 29v.

<sup>105</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 29v.

<sup>106</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 32v.

Gaspar Júnior, como representante da Escola Industrial do Funchal»<sup>107</sup>, é decidido entregar-lha. O referido mestre compromete-se a executá-la pelo valor acordado e o presidente da edilidade ordena o lançamento do termo de arrematação. Assim, esta adjudicação é feita à oficina da Escola Industrial António Augusto de Aguiar, com projeto adequado ao orçamento disponível. E, segundo o ofício do diretor «à Inspeção», o contrato é assinado no próprio dia da sua arrematação<sup>108</sup>.

A 17 de julho desse ano, em ofício dirigido à mesma entidade Cândido Pereira refere-se ao serviço da escola e destaca, entre outros assuntos, a produção da oficina de marcenaria e carpintaria do ano letivo anterior (1895-1896) que consta, para «além das provas exigidas para exame pelo programa» de diversos trabalhos entre os quais «os trabalhos preparatórios para a execução de um altar estilo renascença (encomenda da Câmara Municipal da Calheta) que deve estar concluído em princípios de outubro próximo»<sup>109</sup>. De facto, essa data não é cumprida.

A 25 de julho de 1896 a câmara autoriza o pagamento de 65:600 rs. a favor do diretor da Escola Industrial do Funchal «por conta da adjudicação da construção do altar da capela do Cemitério da Calheta»<sup>110</sup>.

Em 22 de julho de 1897 o diretor da escola, dirigindo-se «à Inspeção», acrescenta informação acerca daquela obra e diz que havia sido encarregado, em abril do ano anterior, «por intermédio do Consultório de Engenharia e Arquitetura do Funchal»<sup>111</sup>, da execução daquele projeto para a Câmara Municipal da Calheta colocar na capela do cemitério daquela vila e para o qual apenas dispunha de 300:000rs., o que confere com o que é dito nas atas das vereações.

A escola muda de instalações em setembro de 1896, passando do palácio de São Pedro, à rua da Mouraria, para a rua de João Tavira, n.º 29. Este trabalho de talha, projetado no final de 1896, é concretizado ao longo do ano letivo 1896-1897 e, terminado em julho, é entregue à Câmara<sup>112</sup>.

---

<sup>107</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 33. Esta escola é já Escola Industrial Elementar António Augusto de Aguiar na reorganização do ensino industrial. Decreto de 8 de outubro de 1891, p. 611.

<sup>108</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92 (1889-1890), p. 143.

<sup>109</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 107.

<sup>110</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 35v.; ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 140, fl. 39; ABM, CMCLT, Borrador, l.º

<sup>111</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 143.

<sup>112</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 143.

Imagem V – Escola Industrial António Augusto de Aguiar, na rua de João Távira, n.º 29, Funchal (década de 1930)



Fonte: ABM, Coleção Fotográfica do Arquivo e Biblioteca da Madeira, n.º 622.

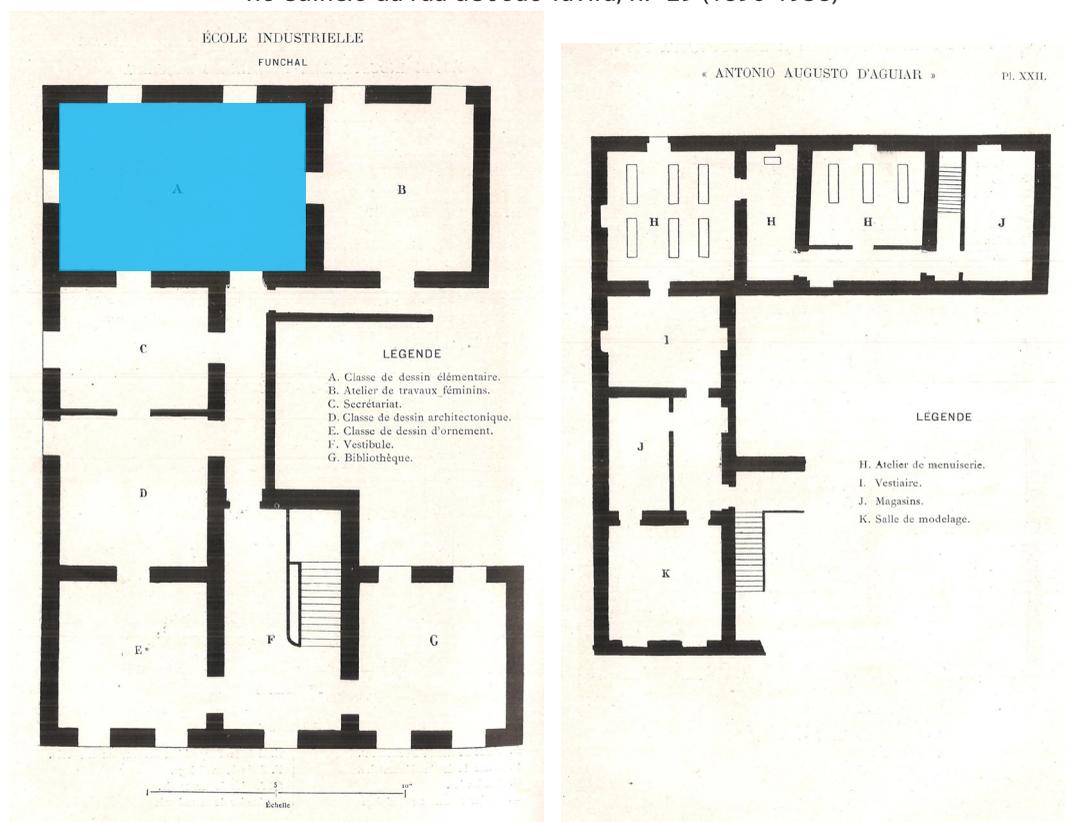
No mesmo ofício de 22 de julho de 1897, Cândido Pereira apresenta as contas referentes àquela obra ao seu superior hierárquico, afirmando ter sido «a mais importante que até agora se tem executado nas oficinas desta escola»<sup>113</sup>. Remete também «uma fotografia do altar [tirada] por ocasião da sua exposição [quando montado] na sala de Desenho Elementar»<sup>114</sup>.

<sup>113</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 144.

<sup>114</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 144. Esta foto devia ter feito parte do grupo de materiais enviados pela EIAAA para a grande exposição de Paris de 1900. É enviada separadamente, no dia 13 de fevereiro de 1900, segundo afirma o diretor da EIAAA por atraso do atelier fotográfico com a sua reprodução, para o diretor da Escola Marquês de Pombal, em Lisboa, encarregado da recolha dos materiais das várias escolas do país para esta exposição. E, talvez por esse facto, não consta da relação dos trabalhos apresentados, e premiados com medalha de prata, naquela grande exposição. Cândido Pereira dá notícia deste prémio à Direção Geral de Comércio e Indústria, por ofício de 6 de fevereiro de 1901. ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 93, pp. 20, 34.

Nas oficinas de carpintaria da Escola Industrial António Augusto de Aguiar os alunos, para além do currículo, aprofundam o saber fazer destas artes, ganhando experiência e uma gratificação pelo trabalho ali produzido, partilhando com os mestres, neste caso, a realização deste altar: «preparando as grandes peças lisas, fazendo cortes, montando a banquetta e o entablamento, abrindo caneluras, correndo molduras etc. etc.»<sup>115</sup>.

Imagens VI e VII – Plantas dos andares ocupados pela Escola Industrial António Augusto de Aguiar, no edifício da rua de João Távira, n.º 29 (1896-1938)



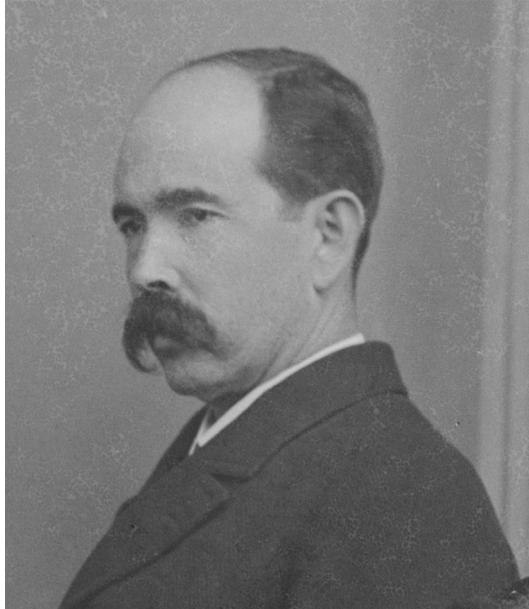
Fonte: LEITÃO, 1900, *Enseignement spécial, Industriel et Commercial, Les Écoles Industrielles et de Dessin industriel de la circinscription du Sud, Exposition Universelle de 1900, Section Portugaise*, PL. XXII.

Nota: É assinalada a sala de Desenho Elementar onde esteve exposto o altar da capela do cemitério da Calheta.

<sup>115</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 144.

O trabalho de talha é da responsabilidade do mestre Francisco Franco de Sousa, da Oficina de Carpintaria, e o douramento dos ornatos e molduras do mestre Manuel Rodrigues Gaspar, da Oficina de Marcenaria. Mas ambos, segundo o diretor, tomam parte na execução das suas diferentes peças.

Imagens VIII e IX – Manuel Rodrigues Gaspar Júnior (1899) e Francisco Franco de Sousa (1894)



Fontes: *A Voz do Operário*, 1899-11-04, p. 1; Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no ABM, Photographia Vicente, VIC/15462, 1894-11-19.

O mesmo responsável pela escola apresenta ao inspetor da Circunscrição Sul, Luciano Cordeiro, «a nota das importâncias aplicadas à aquisição de todo o material empregado naquela obra, incluindo-se o seu transporte e montagem definitiva»<sup>116</sup>. Mostra desta forma «a diferença entre a verba paga pela Câmara Municipal da Calheta e as despesas [...] feitas, discriminando-se assim a receita que ficou a favor [da] escola após executado aquele trabalho»<sup>117</sup>.

<sup>116</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.

<sup>117</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.

Quadro I – Verba autorizada e paga pela Câmara Municipal da Calheta para a construção do altar e retábulo da capela do cemitério (22 de julho de 1897)

<b>Materiais</b>	<b>Verbas</b>
Madeira de pinho	77:246 rs
Ferragens, tintas, etc.	33:145 rs
Ouro	40:000 rs
Diversos	6:390 rs
Assentamento e transporte	31:300 rs
	188:081 rs
Ficou a favor da escola	111:919 rs
Total	300:000 rs

Fonte: ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.

Tendo ficado 111:919 rs. de receita a favor da escola, no mesmo ofício o diretor afirma que:

«Desta importância é mister pagar, como V. Ex.<sup>cia</sup> decerto ordenará, ainda que a título de gratificação, aos alunos que trabalharam na execução do altar, servindo-lhes isso de um certo incentivo para a frequência das oficinas e para a sua cooperação em outras obras que é quase certo serem aqui encomendadas<sup>118</sup>.

E em conformidade com o número de dias empregados pelos alunos na execução do altar e relativamente ao mérito de cada um deles apartei a importância de 40:000 rs. para serem distribuídos como gratificação<sup>119</sup>.

Com respeito à gratificação dos mestres, que é de toda a justiça, não duvidará igualmente V. Ex.<sup>cia</sup> de me autorizar a que a dê estabelecendo-se assim o que julgar conveniente»<sup>120</sup>.

Entende o diretor ser esta obra uma «estreia das oficinas desta escola em trabalhos de uma certa importância»<sup>121</sup>, que a compensaria no futuro com outras encomendas, maior produção e mais experiência para os alunos que nelas viessem a participar.

No Livro n.º 2, do *Registo de Correspondência Expedida*, noutra ofício «à Inspeção» a 30 de dezembro de 1898, o diretor – numa nota das receitas cobradas pela EIAAA nos últimos três anos económicos – regista, de novo, a verba de 111:919rs.,

<sup>118</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.

<sup>119</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 146.

<sup>120</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 146.

<sup>121</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 146.

que ficou de receita para a escola pelo trabalho realizado para o altar do cemitério da Calheta<sup>122</sup>, mas nada refere sobre gratificações a mestres e alunos.

As contas respeitantes ao altar da capela do Cemitério Municipal da Calheta podem ainda ser observadas através dos livros relacionados com a contabilidade da entidade que encomenda a obra<sup>123</sup>. Esta informação mostra um detalhe diferente no que respeita aos gastos para revestir dignamente o interior da capela em causa: retábulo, altar, respetiva pintura, ornamentação e alfaias litúrgicas.

Cândido Pereira, diretor da Escola Industrial António Augusto de Aguiar, pela adjudicação e para iniciar o trabalho, naturalmente para comprar a madeira de pinho utilizada, assim como outros materiais necessários, a 25 de julho de 1896 recebe por conta 65:600 rs.<sup>124</sup>. A 17 de dezembro do mesmo ano são pagos 334:400 rs. «pelo altar e quadro para a capela»<sup>125</sup> e no dia 20 de dezembro de 1897 mais 35:000 rs. «a favor do diretor da escola industrial por vários trabalhos de pintura e decoração da capela do cemitério»<sup>126</sup>.

Verificamos assim terem-se misturado na mesma pessoa o trabalho oficial que Cândido Pereira recebe como diretor da escola, pelo retábulo e altar, e o particular, aquele que faz em seu próprio nome: a pintura e o que diz respeito ao último daqueles pagamentos. Estes trabalhos de decoração não sabemos o que possam ter sido uma vez que, na atualidade, a capela não apresenta decorações. Se as teve estragaram-se e a edilidade, em tempo incerto, manda pintar de uma cor única. No total, Cândido Pereira recebe 435:000 rs: 300:000 rs. do trabalho do retábulo e altar construídos nas oficinas da escola, «Verba autorizada e paga pela Câmara Municipal da Calheta»<sup>127</sup>, conforme o ofício do próprio diretor à inspeção a 22 de julho de 1897, não sendo assinaladas quaisquer obras a mais, e 135:000 rs. dos trabalhos que fez, particularmente, o próprio professor de desenho.

---

<sup>122</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 93, p. 16.

<sup>123</sup> Há muitas faltas na documentação da Câmara Municipal da Calheta, mas os anos que nos interessam estão incluídos nos livros de: Orçamentos, 1893-1903, que é único; Contas, l.ºs 140 e 141; e o Borrador, l.º 123; Correspondência Expedida l.ºs 159 e 160.

<sup>124</sup> ABM, CMCLT, Borrador, l.º 123; Contas, l.º 140, fl. 39.

<sup>125</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 42v.; ABM, CMCLT, Borrador, l.º 123.

<sup>126</sup> ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 141, fl. 24.

<sup>127</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.

Imagem X – Autorretrato de Cândido Pereira (novembro de 1930)<sup>128</sup>



Fonte: Acervo da Escola Secundária Francisco Franco; fotografia de Gualter Rodrigues (2008).

Na sessão de Câmara de 25 de setembro de 1897, o seu presidente, António Agostinho de Sousa, comunica que «consta estar concluída a nova capela do cemitério desta freguesia»<sup>129</sup>, afirmação que se deve referir à conclusão da obra do altar pelo cruzamento com a informação dos ofícios enviados à inspeção pelo diretor da escola.

Neste ano o rendimento do cemitério do Salão é de 14:600 rs., importância da qual é retirada a quantia de 3:190 rs. respeitantes às despesas feitas com a conservação do cemitério e do azeite para uso na capela. Em 29 de dezembro de 1897 o secretário da câmara conclui que o mesmo rendeu 11:410 rs.<sup>130</sup>, pelo que, nesta data, cemitério e capela estão em pleno funcionamento.

A conclusão daquela obra, de que foi dado conhecimento na mesma sessão, merece da parte do presidente da edilidade a proposta de oficiar ao bispo da diocese pedindo para benzer aquela capela, proposta aprovada por unanimidade. E, a 12 de outubro de 1897, é enviado ofício a D. Manuel

<sup>128</sup> Autorretrato de Cândido Pereira, primeiro diretor da Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, oferecido pelo próprio ao major João dos Reis Gomes, diretor da Escola Industrial e Comercial António Augusto de Aguiar entre 1929 e 1939.

<sup>129</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 53v.

<sup>130</sup> ABM, CMCLT, Registo de sepultamentos, Cemitério do Salão, Estreito da Calheta e Arco da Calheta, l.º 1297, fl. 2.

Agostinho Barreto, bispo da diocese do Funchal<sup>131</sup>, nos seguintes termos: «Esta Câmara muito se honraria se V.<sup>a</sup> Ex.<sup>cia</sup> Rev.<sup>ma</sup> se dignasse vir pessoalmente proceder a este ato pois tinha imensos desejos de que no próximo dia 2 de novembro se celebrasse nela os ofícios divinos»<sup>132</sup>.

A data escolhida fazia todo o sentido por ser o dia em que os católicos lembram os finados. Mas a pretensão do presidente da câmara, no que respeita a benzer a capela de Nossa Senhora da Piedade do Cemitério Municipal da Calheta<sup>133</sup> no dia proposto, parece não ter sido satisfeita. O Registo Geral da Câmara Eclesiástica do Funchal (1879-1901)<sup>134</sup> não anota o facto. Admitimos que possa ter sido benzida mais tarde como a do cemitério das Angústias, no Funchal, que, tendo sido benzido a 8 de julho de 1838, apenas vê a sua capela concluída em novembro de 1844 e benzida, no mesmo ano, a 14 de dezembro<sup>135</sup>. Dar-se-á o caso de a última década do século XIX e primeira do século XX, marcadas pelo início e queda da Monarquia e início da República, que conclui a tendência para a secularização dos cemitérios, não permitirem o ato?

O *Elucidário Madeirense*, no verbete «Cemitérios», não refere a capela de Nossa Senhora da Piedade do Cemitério Municipal da Calheta<sup>136</sup>, apesar de nomear muitas outras desta invocação. Porém, um dos seus autores, o P.<sup>e</sup> Fernando Augusto da Silva, na obra *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, datada de 1946, refere-se a ela<sup>137</sup>.

---

<sup>131</sup> D. Manuel Agostinho Barreto é bispo da diocese do Funchal entre 1876 e 1911. Não foi possível consultar, no Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, o acervo documental respeitante ao período deste bispado por não estar ainda tratado arquivisticamente.

<sup>132</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 53v.; ABM, CMC, Registo de Correspondência Expedida, l.º 160, fl. 32.

<sup>133</sup> Cf. SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, p. 340. Nesta obra, em «Igrejas e Capelas», o autor refere que é desta invocação «a capela existente no cemitério da freguesia da Calheta, construída pela respetiva Câmara Municipal, para o serviço religioso do mesmo cemitério».

<sup>134</sup> APEF, Registo Geral da Câmara Eclesiástica do Funchal, l.º 12, mf. 679, fls. 73v., 74.

<sup>135</sup> Cf. SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 67 e *Domingo Católico*, junho de 1899, n.º 6, p. 90. Provisão episcopal sobre a capela do cemitério das Angústias e bênção da capela; apesar da data de publicação, a provisão referida data de 15 de dezembro de 1844.

<sup>136</sup> SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 255. Esta obra tem a sua primeira edição em 1921. É reeditada e bastante acrescentada em 1940 e reimpressa em 1946 e 1965. Usámos esta última.

<sup>137</sup> SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, p. 340. O autor diz ser Nossa Senhora da Piedade a invocação da capela do cemitério da freguesia da Calheta, construída pela respetiva Câmara Municipal, todavia errando na data da sua construção, que indica ter sido «no princípio do século passado».

## **O Retábulo e o Altar da Capela de Nossa Senhora da Piedade**

Imagem XI – Retábulo e altar da capela de Nossa Senhora da Piedade – cemitério da Calheta, Lombo do Salão (março de 2024)



Fonte: Fotografia de Margarida Góis.

Na documentação consultada, quer da Câmara Municipal da Calheta quer da correspondência do diretor da escola com os seus superiores hierárquicos, não é feita a distinção entre retábulo e altar. “Altar” é referido como sendo o conjunto destas duas partes, que constituem o todo colocado na cabeceira da capela do

cemitério municipal da Calheta, no Lombo do Salão. Cândido Pereira classifica esta obra de «estilo renascença»<sup>138</sup>.

Observámos as suas particularidades com a ajuda de Paulo Ladeira<sup>139</sup>, especializado no estudo da talha, que chama a atenção para as particularidades de cada uma das suas partes.

O retábulo, «de planta reta», é constituído por um único «corpo e três tramos», sendo o central mais largo e «ocupado por uma pintura alusiva a Nossa Senhora da Piedade, encaixilhada numa moldura de talha, em arco na parte superior», que tem ao centro uma cartela e outras, menores, a rematar os cantos inferiores. Sobrepõem-se ao arco, paralelamente, dois cantos emoldurados que rematam a forma quadrangular do tramo que contém grinalda de folhas e fitas.

Os tramos são separados por «colunas estriadas com capitéis de volutas e largas folhas de acanto» cujo terço inferior tem «um adorno composto por círculos para onde convergem quatro motivos vegetais e fitas». As colunas das extremidades são «rematadas superiormente com pináculos».

Os tramos laterais contêm «uma moldura lisa, disposta verticalmente, encimada por uma concha apoiada por duas volutas em S» e a ornamentá-la «uma peanha que suporta uma jarra esguia, circular, com asas, de onde está suspensa uma grinalda de esferas» ornamentada com elementos «de expressão naturalista: folhas de acanto, motivos florais, três espigas de trigo, fitas e, ao centro, a inscrição JNRJ».

O entablamento, coroamento ou parte superior, «que vai de um extremo ao outro do retábulo», tem como adorno no friso e na definição dos tramos acima das colunas «quadrados dispostos em forma de pirâmide que se intercalam com cartelas contendo um motivo retangular».

O frontão é curvo interrompido, e tem no «centro uma espécie de peanha de base circular, encimada por uma cruz latina com resplendor». «A cornija do entablamento é adornada por duas molduras: uma lisa e outra rendilhada aos quadrados, motivos estes que se repetem no frontão».

«O embasamento constituído apenas pelo soto-banco, possui pilastras» que suportam as colunas laterais, ao centro está a mesa do altar, ambos ornamentados com molduras lisas. «O frontal do altar contém, ao centro, inserida num círculo, uma larga cruz de formato grego com finos raios entre os traços».

---

<sup>138</sup> ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 107.

<sup>139</sup> Paulo Jesus Ladeira, mestre em História e Cultura das Regiões, com a tese *O rococó na Madeira: a talha e a pintura do último barroco ao primeiro neoclássico*, UMa, 2014. Este especialista muito gentilmente acedeu ao pedido de análise deste trabalho de talha, o que fez por escrito.

Todo o retábulo e altar apresentam o castanho-escuro como cor de fundo sendo o seu «vocabulário ornamental, de cor dourada», sóbrio e de «desenho fino e disposição simétrica».

### **A Pintura do Retábulo da Capela de Nossa Senhora da Piedade**

A contabilidade da Câmara Municipal da Calheta, a 17 de dezembro de 1896, mostra que, Cândido Pereira, o diretor e professor de Desenho é pago «pelo altar e pelo quadro»<sup>140</sup>. Esta informação permitiu-nos conhecer o autor da pintura do retábulo uma vez que o estado de degradação da tinta, sobretudo nas extremidades, e especialmente nesse canto da tela, não deixa perceber a assinatura.

Imagem XII – Nossa Senhora da Piedade – cemitério da Calheta, Lombo do Salão (março de 2024)



Fonte: Fotografia de Margarida Góis.

<sup>140</sup> ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 42v.; ABM, CMCLT, Borrador, l.º 123; ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 140, fl. 42v.

Imagem XIII – Pormenor da pintura do retábulo onde estaria a assinatura do artista – cemitério da Calheta, Lombo do Salão (março de 2024)



Fonte: Fotografia de Margarida Góis.

Rita Rodrigues<sup>141</sup>, a quem solicitámos a análise desta obra, começa por referir ser esta pintura representativa de «uma das sete dores da Virgem: o momento da Lamentação»<sup>142</sup> em que a Virgem segura o Filho, habitualmente designada por *Pietà*. Por isso, como únicos representados, há «economia de figuras». Para além desta cena, há apenas «um pequeno apontamento de enquadramento cenográfico dado pela abertura de uma paisagem ao fundo, destacada por uma fonte de luz, no lado esquerdo do observador, retrata a colina ou monte Gólgota», passagem descrita pelos Evangelistas (Mateus, Marcos, Lucas e João).

<sup>141</sup> Rita Maria Camacho Correia Rodrigues, licenciada em Artes Plásticas / Pintura pelo Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira em 1987, tem o mestrado em História, variante História da Arte, com a tese *Martim Conrado, "insigne pintor estrangeiro", Um pintor do século XVII na Ilha da Madeira*, UMa, 2000 e o Doutoramento em Letras / Estudos Interculturais com a tese *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750: a eficácia da imagem*, UMa, 2013. Esta especialista muito gentilmente aceitou o pedido de análise desta pintura, o que fez por escrito.

<sup>142</sup> Rita Rodrigues lembra as sete dores de Maria que suscitam maior devoção: 1. Apresentação de Jesus no Templo – cruz a trespassar o coração da Virgem... a profecia de Simeão; 2. Fuga para o Egito; 3. Os três dias que Jesus esteve perdido sendo depois encontrado a falar com os Doutores; 4. Encontro da Virgem com Cristo levando a cruz a caminho do calvário (no Monte Gólgota); 5. Crucificação; 6. Descida da cruz: Lamentação, Deposição; 7. Enterro: sepultamento de Jesus.

Distribuída uniformemente, «uma outra fonte de luz incide sobre os corpos que representam Cristo e Maria». Rita Rodrigues diz que o «jogo de luz-sombra» usado «deve corresponder a uma pintura mais antiga que serviu de modelo ao pintor». Quanto às cores, faz notar que predominam «o típico azul do manto da Virgem e o branco do pano que envolve o corpo de Cristo». Mas chama a atenção para dois pormenores que permitem pensar «que o pintor não descodificou bem a pintura que lhe serviu de base»: por não mostrar a existência da fina transparência do «cendal, véu para o rosto ou para todo o corpo» e por estar «arrumado de forma púdica e decorosa o *perizonium*, pano ou lençol que cobre o corpo de Cristo».

Na sua opinião esta obra apresenta alguma fragilidade de construção pictórica no que respeita à tridimensionalidade, sendo «a modelação dos corpos e das vestes fraca».

Quanto à composição, a obra analisada segue um «esquema tradicional, piramidal, possivelmente inspirado, direta ou indiretamente, em alguma estampa nórdica como as que serviram de base a muitas pinturas deste tema, ou é mesmo cópia de alguma pintura existente na ilha, que serviu de referência ao pintor (situação muito comum)».

## **Concluindo**

A existência de cemitérios públicos da responsabilidade das câmaras municipais é decretada no tempo de D. Maria II, em 21 de setembro de 1835. Mas o caminho até ao cumprimento desta importante medida liberal em prol da saúde pública não se revelou fácil e foi muito longo. A falta de cumprimento imediato da legislação para a construção de cemitérios públicos, comum a todo o território nacional, deve-se em primeiro lugar à dificuldade da mudança de mentalidades, mas importa também referir a limitada situação financeira das câmaras para a aquisição de terras destinadas à sua construção e até pela inexistência de terrenos disponíveis.

Neste contexto concluímos que, relativamente àquela data, a Câmara Municipal da Calheta apenas adquire as propriedades para o cemitério público da freguesia, em 1878, 43 anos depois daquela legislação, a proprietários não residentes na Madeira e que tinham a terra colonizada. Por isso, houve necessidade de proceder ao pagamento das benfeitorias aos colonos.

Até essa data, os lugares de enterramento são o adro da igreja matriz e o de algumas capelas da freguesia, situação que parece alterar-se após a câmara, em

1864, ter assumido «querer dar princípio ao cemitério desta paróquia». E, a partir dos anos seguintes os registos de óbito mostram fixar-se apenas numa delas: a de Santo António dos Milagres no Lombo do Salão, passando o pároco a usar a expressão «no cemitério público desta freguesia», pelo que depreendemos a existência de um único local de enterramento que, de facto e segundo a lei, não podia ser ainda classificado como tal. A terra adquirida pela Câmara Municipal da Calheta para o cemitério público situa-se pouco acima do local desta capela pertencendo aos mesmos proprietários.

Os trabalhos da sua construção começam logo após a aquisição da terra, mas arrastam-se por anos. Em 1880 já tem o portão de ferro. No mesmo ano é comprada a pedra do pedestal da cruz, mas a obra de canteiro apenas é paga no final de 1885, pelo que se conclui ter este cemitério começado a funcionar em 1886, data gravada tanto no pedestal como no desenho do empedrado madeirense da entrada, hoje bastante danificado e que não permite ler a data, visível ainda em 2013.

Assim, verifica-se que o cemitério público municipal da Calheta começa a funcionar próximo de uma década antes da existência da sua capela, certamente construída nesses anos. Os esforços para a construção de um altar e retábulo dignos começam na vereação de fevereiro no ano de 1895, mas será apenas no ano seguinte que é adjudicada. A sua execução coube às oficinas da Escola Industrial António Augusto de Aguiar, no Funchal, que abriu as suas portas em 1889 como Escola de Desenho Industrial. Com poucos anos de estruturação, tem já mestres e oficinas de carpintaria e marcenaria capazes de se abalçar a um trabalho desta natureza, que decorre ao longo do ano letivo de 1896-1897, primeiro ano em que a escola está no edifício da rua de João Tavira n.º 29. Foram orientadores deste trabalho Manuel Rodrigues Gaspar Júnior e Francisco Franco de Sousa.

A informação dos livros de contabilidade camarária permitiu saber que a pintura do retábulo é da autoria de Cândido Pereira, uma vez que o estado de degradação da mesma, sobretudo nas extremidades, tornou a sua assinatura ilegível.

Quando a obra do altar foi concluída e colocada no seu espaço, o presidente da Câmara Municipal da Calheta, António Agostinho de Sousa, pretendeu que aquela capela mortuária fosse benzida pelo bispo da diocese no dia 2 de novembro de 1897, tendo sido dirigido ofício deste teor a D. Manuel Agostinho Barreto. Mas o seu pedido não deve ter sido atendido uma vez que não há notícia de se haver realizado bênção naquela data.

A encerrar, fica um apelo à Câmara Municipal da Calheta, responsável por este espaço, para preservar este edifício funerário não apenas no exterior. O seu altar está a necessitar de cuidados de restauro urgentes. Como se demonstra ao longo deste texto, existem memórias ligadas a este lugar que não devem ser apagadas.

## **Fontes e Bibliografia**

### Fontes Manuscritas

#### Arquivo e Biblioteca da Madeira

Câmara Municipal da Calheta: Borrador, l.º 123; Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.ºs 135, 136, 140 e 141; Correspondência Expedida, l.º 160; Notariado Privativo, Contratos e Escrituras, l.º 173; Orçamentos (1893-1903), l.º 203; Processos relativos à classificação de capelas e igrejas existentes no concelho da Calheta (1974-1975), pt. 1496; Receita e Despesa, l.º 210 (1881-1886); Registo de Correspondência Expedida, l.º 160; Registo de sepultamentos, Cemitério do Salão, Estreito da Calheta e Arco da Calheta, l.ºs 1295 e 1297; Vereações, l.ºs 442, 446 e 449.

Conservatória do Registo Civil do Funchal, Batismos, l.º 2083.

Escola Industrial e Comercial do Funchal, Registo de Correspondência [da Escola Industrial António Augusto de Aguiar], l.ºs 92 e 93.

Judiciais, cx. 3237-16.

Paroquiais, Calheta, Óbitos, l.ºs 14, 4393, 4394, 4395, 4396 e 4397; São Pedro, Batismos, l.ºs 118, 1857 e 1252.

Registo Geral da Câmara Eclesiástica do Funchal, l.º 12, mf. 679.

#### Arquivo Histórico da Diocese do Funchal

Bispado / Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

#### Arquivo da Escola Industrial Afonso Domingues

Notas sobre os alunos que se distinguiram pelo seu aproveitamento escolar/Cândido Pereira (informação recebida por email a 2008-04-15).

## Fontes Impressas

BLANC, Tibério Augusto *et. al.*, 1851, *Brevíssima resenha de alguns dos serviços que ao distrito do Funchal tem prestado o Conselheiro José Silvestre Ribeiro*, Funchal, Typographia Nacional.

*Diário do Governo*, 24 de setembro de 1835, n.º 226, pp. 326-328.

*Diário do Governo*, 23 de fevereiro de 1889, n.º 44, p. 11.

*Diário do Governo*, 9 de outubro de 1891, n.º 227, pp. 599-617.

*Diário do Governo*, 15 de dezembro de 1897, n.º 283, pp. 3319-3334.

*Diário de Notícias da Madeira*, 28 de agosto de 1889, p. 1.

*Domingo Católico*, junho de 1899, n.º 6, p. 90.

FONTE ARCADEA, Visconde de, 1869, *Vozes Leais ao Povo Portuguez*, Lisboa Imprensa Nacional.

LEITÃO, Carlos Adolpho Marques, 1900, *Enseignement spécial, Industriel et Commercial, Les Écoles Industrielles et de Dessin industriel de la circunscription du Sud, Exposition Universelle de 1900, Section Portugaise*, s.l.

## Bibliografia

ABREU, Fátima, 2016, «Relações de dependência político-partidária entre o governo central e o distrito do Funchal: o caso dos Governadores e da Junta Geral (1901-1974)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976) – Administração e História*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira.

ASSUNÇÃO, Ana Paula de Sousa, 2018, «Entre a vida e a morte: a importância dos registos cemiteriais para o estudo de moléstias no cemitério municipal de Loures (1890-1900)», in *Phármakon: do combate da enfermidade à invenção da imortalidade*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 315-328, disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17997.pdf>, consultado em 2024-10-30

ARIÈS, Philippe, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vols. I e II, Biblioteca Universitária, Portugal, Publicações Europa-América.

CATROGA, Fernando, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, Coimbra, Minerva.

FERNANDES, Danilo José, 2021, *Os grandes mestres marceneiros-embutidores da ilha da Madeira*, Caderno n.º 8, vol. I, [Funchal], Núcleo Museológico de Arte Popular da Boa Nova.

- FERNANDES, Danilo José, 2022, *Os grandes mestres marceneiros-embutidores da ilha da Madeira*, Caderno n.º 8, vol. II, [Funchal], Núcleo Museológico de Arte Popular da Boa Nova.
- JARDIM, Dina e GOMES, Eduarda, 1999, «Capela da Consolação, Portugal, Ilha da Madeira, Santa Cruz», in *Património Cultural*, Lisboa, Direção-Geral do Património, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=468](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=468), consultado em 2024-10-30.
- LADEIRA, Paulo, 2019, *Arco da Calheta, Património Religioso e alguns aspetos do quotidiano*, Calheta, Associação Centro de Estudos e Desenvolvimento, Educação, Cultura e Social.
- MACHADO, José Pedro, 1989, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- NEPOMUCENO, Alexandra e BRAGA, Duarte Drumond, 2022, «Luciano Cordeiro (Mirandela, 1844 – Lisboa, 1900)», in *TECOP – Textos e Contextos do Orientalismo Português. Congressos Internacionais de Orientalistas (1873-1973)*, disponível em <https://tecop.bnportugal.gov.pt/np4/cordeiro.html>, consultado em 2024-11-3.
- SILVA, P.º Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, 1965, *Elucidário Madeirense*, 3.ª ed., vol. I, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- SILVA, P.º Fernando Augusto da, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, [s.n.].
- SUBTIL, Carlos Louzada, 2021, «O Conselho de Saúde Pública, uma imanência da Revolução de 1820», in *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, 2.ª série, n.º 15, pp. 139-158. disponível em [https://issuu.com/camara\\_municipal\\_lisboa/docs/cadernos\\_15](https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cadernos_15), consultado em 2024-10-30.
- TRINDADE, Cristina, 2022, «Braga, António Alfredo de Santa Catarina», in *Madeira Global – Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. II, Lisboa, Theya Editores, pp. 541-543.